



GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 1 de 7

Ofício Circular nº 11/2021-DER/SE

Aracaju, 18 de janeiro de 2021.

Aos Interessados

Tomada de Preços nº 11/2020

Assunto:
RESPOSTA/QUESTIONAMENTO

OBJETO: Recuperação da sinalização náutica na Ponte sobre o Rio Piauí, localizada na Rodovia SE-100, divisa dos municípios de Estância (Porto do Cavalo) / Indiaroba (Terra Caída); na Ponte sobre o Rio Sergipe, entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros; e na Ponte sobre o Rio Vaza Barris, entre os municípios de Aracaju e Itaporanga d'Ajuda, neste Estado

QUESTIONAMENTO: (datado de 13/01/2021)

“Venho mui respeitosamente encaminhar a V.Sa a requisição de esclarecimentos dos itens abaixo, constantes da TP nº 11/2020 dessa Diretoria.:

8.1.3.1. A comprovação da Qualificação Técnica está condicionada à apresentação de cópia dos seguintes documentos:

a) Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA ou Conselho Profissional competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio;

c) Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante Atestado(s) ou Certidão(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente da respectiva região onde as obras e os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital e seus anexos, especificadamente nas características e quantidades seguintes:

d) Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional



GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 2 de 7

de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, em nome de profissional(ais) de nível superior reconhecido pela entidade competente, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da Proposta, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotações de Responsabilidade Técnica - ART por execução de obras ou serviços de características semelhantes as do objeto deste Edital e seus anexos, relativamente as parcelas de maior relevância técnica, de acordo com o abaixo relacionado:

d.l) O Responsavel Tecnico a que se refere a presente alinea de vera ser, conforme exige a alinea "a" do item 0410 do Capitulo 4 da Norma da Autoridade Maritima - NORMAM 17/2008 da Diretoria de Hidrografia e Navegacao - DHN da Marinha do Brasil:

d.1.1) Oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da Marinha do Brasil; ou

13.3.5. As faturas somente serao pagas se atendidas as seguintes condicoes:

e) Copia da Anotacao de Responsabilidade Tecnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe - CREA ou Conselho Profissional competente de Sergipe, devendo constar, obrigatoriamente, as assinaturas dos representantes do DERISE e da CONTRATAÇÃO;

Conforme mencionado na alínea d1.1 do subitem 8.1.3.1 do referido edital acima elencado, amparado pela Lei nº 9537, de 11/12/1997 da Presidência da República destacada abaixo. A NORMAM-17 considera o Oficial de Marinha formado no curso de "Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da Marinha do Brasil" habilitado a exercer a atividade de implantação/ manutenção de Sinalização Náutica e por meio do subitem 0411 da mesma norma que as empresas e seus Responsáveis Técnicos sejam obrigatoriamente registrados no CAMR, não mencionando essa obrigatoriedade em qualquer outro Conselho.

Embora reconhecido como qualificado pela Autoridade Marítima não faço parte do sistema CONFEA/CREA, impossibilitando o registro da empresa e do seu responsável técnico naquele Conselho também a empresa de se registrar, o que s.m.j., não inabilita a empresa e seu Responsável Técnico de exercer a atividade.

Por fim, trata-se de um imbróglio a ser harmonizado entre aquele Conselho e a Autoridade Marítima, pois como deve ter ficado claro a atividade não é



GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 3 de 7

“PRIVATIVA DE PROFISSIONAIS FISCALIZADOS PELO SISTEMA CONFEA/CREAs, SEM REGISTRO” já que, reitero, como Oficial Hidrógrafo não sou reconhecido pelo SISTEMA CONFEA e autorizado pela Marinha do Brasil.

Referente ao Conselho Regional competente, julgo ser de exclusiva competência da Autoridade Marítima representada pelo CAMR, já que o Conselho Profissional está relacionado com a atividade fim em questão da empresa e para o exercício da atividade de manutenção ou implantação de sinais náuticos é tão somente exigido o registro da empresa e do seu Responsável-técnico no CAMR.

Entendo que o parecer favorável ao pleito de considerar, no caso do Responsável-Técnico ser Oficial de Marinha Hidrógrafo o registro no CAMR como Conselho Profissional e apresentação de Atestados Técnicos autenticados de serviços executados para Órgãos Públicos ou Privados mantém o caráter de isonomia e competitividade entre as empresas no certame, pois é impossível para esse profissional, repito, reconhecido pela Autoridade Marítima obter os documentos solicitados nas alíneas c) e d) do aludido item. Segue abaixo os diplomas legais mencionados acima:

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.537, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997.

[Regulamento](#)
[Vide Decreto nº 5.129, de 2004](#)

Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Art. 4º São atribuições da autoridade marítima:

I - elaborar normas para:

I) estabelecimento e funcionamento de sinais e auxílios à navegação;

=====

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA AUXÍLIOS À
NAVEGAÇÃO- NORMAM-17



GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 4 de 7

0105 - FISCALIZAÇÃO DOS AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO

A fiscalização dos auxílios à navegação sob a responsabilidade de entidades extra-MB, a ser executada pela CP/Del/Ag, CAMR ou SSN/CLSAOR, processar-se-á da seguinte forma:

0411 - CADASTRO DE ENTIDADES EXTRA-MB PRESTADORAS DE SERVIÇO E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

a) As entidades extra-MB prestadoras de serviços de operação e manutenção de sinalização náutica, de que trata o item 0410, bem como seus responsáveis técnicos serão, **obrigatoriamente, cadastrados no CAMR**. Este cadastro encontra-se disponível para consulta dos interessados, no sítio do CAMR na Internet: www.camr.mar.mil.br;

=====

=====

13.6.1.3. Emitir Ordem de Serviço logo após apresentado o Cadastro Específico do INSS – CEI expedido pela Receita Federal do Brasil, devidamente autenticado;

c) Cópia da matrícula da obra ou serviço de engenharia no Cadastro Específico do INSS - CEI junto à Receita Federal do Brasil, caso seja obra o objeto deste contrato;

Solicito rever o item pois s.m.j., trata-se de serviço, o qual está dispensado de registro no CNO, atual ISS-CEI, conforme diplomado no Anexo VII da IN nº 971 de 2009.

ANEXO: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2 Substituição das Lanternas

As lanternas que serão adquiridas devem vir com Atestado de Qualificação do Material. Este Atestado deve ser emitido por autoridade portuária, que aprove a utilização daquele material nas Pontes em questão.

Participo que a minha intenção é a de apresentar a Lanterna LN 300 com alcance de 03 MN, mencionado como referência no edital, após contato efetuado com o fabricante, participo que não possui Atestado de Qualificação Técnica do Material emitido por autoridade portuária.



GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 5 de 7

Ademais, s.m.j., a avaliação se determinado produto atende às normas técnicas. se baseia em auditorias no processo produtivo, na coleta e em ensaios de amostras efetuada pela ABNT (Associação brasileira de Normas Técnicas..

Solicito reconsiderar esse item, haja vista que o fabricante da lanterna não possui tal Atestado..

Declaração Anual Simplificada do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional emitida pela Receita Federal, com período de apuração referente aos últimos 12 meses que antecedem a data da reunião de recepção dos envelopes

Trata-se de documento com emissão mensal, então, s.m.j., apenas para deixar claro o documento terá o prazo de apuração de 30DEZ2020"

Resposta da Diretoria de Tecnologia:

Em resposta aos questionamentos dessa empresa, a Comissão Permanente de Licitação – CPL do Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE presta os seguintes esclarecimentos:

No que concerne às alíneas “c” e “d” do item 8.1.3.1. do Edital, ressaltamos que o texto expresso das mesmas já indica que os Atestados ali exigidos para fins de comprovação respectivamente da Capacidade Técnico-Operacional da Licitante e da Capacidade Técnico-Profissional do seu Responsável Técnico deverão estar registrados “*no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente*” (grifamos), ou seja, o instrumento convocatório já afirma que o CREA, contra o qual se insurge essa empresa, não será a única entidade aceita, de modo que, naquilo que for efetivamente cabível, o registro no Centro de Sinalização Náutica Almirante Moraes Rego – CAMR também será devidamente aceito.

Já no que tange à contrariedade dessa empresa em relação ao item 13.6.1.3. e à alínea “c” do inciso I do Edital, que se referem ao Cadastro Específico do INSS – CEI, ressaltamos que o texto expresso deste último dispositivo padrão do Edital já esclarece que a exigência somente se aplicaria “*caso seja obra o objeto deste contrato*”.


GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 6 de 7

As lanternas devem atender ao especificado no orçamento: “*Fornecimento e instalação de lanterna compacta, com características de sinal lateral de boreste com luz na cor encarnada (completa), com alcance luminoso de 3 milhas náuticas*” e a norma NORMAM-17/DHN - NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO, principalmente no capítulo 2.

Além disso, é atribuição da FISCALIZAÇÃO de aprovar o material referente a este objeto.

QUESTIONAMENTO: (datado de 14/01/2021)

ESCLARECIMENTO nº 2

“7.2.9. Layout e descrição do Canteiro de obras;

Submeto à consideração de V.Sa a possibilidade de cobrar essa exigência na fase de assinatura de contrato, pois fica difícil para as empresas que não possuem domicílio em Aracajú, antes da certeza de ter vencido o certame, já terem seu canteiro de obras estabelecido.

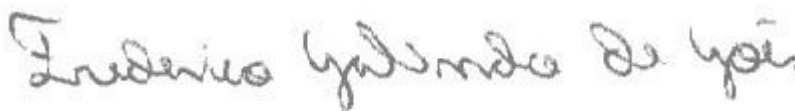
Julgo que o atendimento manterá o caráter de isonomia e competitividade entre as empresas no certame”

RESPOSTA DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA:

O item 7.2.9 do Edital que solicita o layout e descrição do canteiro de obras, quer dizer que a licitante deve apresentar o projeto de layout e descrição do canteiro de obras. Não sendo necessário a empresa possuir domicílio na região para atendimento deste item.

Portanto, não há prejuízo de isonomia e nem de competitividade do certame a devida exigência.

Atenciosamente,



FREDERICO GALINDO DE GÓES
Presidente de Comissão



GOVERNO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DE SERGIPE

Página: 7 de 7